



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Nickolas Tadeu Ribeiro de Campos, CEO da Bet7k e da Cactus Gaming, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras e sua conexão com possíveis atividades ilícitas. O site Bet7k, reconhecido como um dos maiores do setor, é operado pela NovaWave Technology N.V, com sede em Curaçao, uma jurisdição que tem sido utilizada para sediar empresas de fachada que não recolhem tributos, embora operem 100% no Brasil. Esta prática levanta sérios indícios de envolvimento em sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, representando riscos significativos à economia nacional e à integridade dos mercados financeiros.

Além disso, a Cactus Gaming, destacando-se como uma das principais plataformas *whitelabel*, oferece infraestrutura para diversas operações de apostas. Isso potencialmente facilita práticas econômicas opacas, permitindo que múltiplas



empresas de apostas operem sob um mesmo guarda-chuva tecnológico, o que pode dificultar a fiscalização e a transparência das operações financeiras.

A convocação do Senhor Nickolas Tadeu Ribeiro de Campos é essencial para esclarecer a estrutura e o funcionamento das operações dessas plataformas, bem como para investigar a legalidade e ética das práticas empresariais empregadas. Sua oitiva contribuirá para compreender melhor os mecanismos de controle e compliance adotados, assim como o papel da empresa no contexto de promoção e divulgação de atividades de apostas por meio de influenciadores digitais. Esses esclarecimentos são fundamentais para a formulação de políticas públicas que visem regulamentar e monitorar adequadamente o setor, protegendo assim o interesse público e a economia nacional.

Pelo exposto, peço apoio aos Pares na aprovação do presente Requerimento, para que esta Comissão possa prosseguir no desempenho das suas funções investigativas.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2024.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)

